



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV**

**Política Anual de Investimentos
Exercício: 2015**



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

TERMO DE REFERÊNCIA

Em consonância ao que determina a Resolução do CMN nº 3.922/2010 no Art. 4º, fica estabelecido por meio do presente documento, denominado de Política Anual de Investimentos, elaborado, aprovado e controlado pelos órgãos de deliberação, controladoria e auxiliares, as diretrizes para guiar os processos de investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vespasiano - IPSV.

A elaboração desta Política de Investimentos conta com a prestação da empresa de Consultoria de Valores Mobiliários, Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva, bem como o responsável Gestor, detentores da Certificação Profissional ANBIMA – CPA e/ou CGRPPS – APIMEC, nos termos da legislação vigente.

Suas diretrizes visam atender, além das exigências legais da atual Resolução, bem como as Portarias do MPS nº 519/2011, nº 170/2012 e nº 440/2013, propiciar um instrumento de orientação, controle e gestão para os procedimentos, envolvendo os atuais e futuros investimentos do IPSV.

A Política de Investimentos previamente deve ser aprovada pelo órgão superior competente e posteriormente divulgada e/ou publicada para apreciação de todos os interessados.

Ao longo do documento, utilizam-se previsões de cenários projetados pelo mercado, segundo o Relatório Focus do Banco Central.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. OBJETIVOS	4
3. META ATUARIAL	5
4. MODELO DE GESTÃO	5
5. OBRIGAÇÕES DOS GESTORES DO RPPS	5
6. VIGÊNCIA DA POLITICA DE INVESTIMENTOS	7
7. ESTRUTURA DA GESTÃO DOS ATIVOS	7
8. SELEÇÃO E APLICAÇÃO DE ATIVOS E PRODUTOS DE INVESTIMENTOS	10
9. ACOMPANHAMENTO E CONTROLE	13
10. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	14
11. ALOCAÇÃO-OBJETIVO	17
12. PRECIFICAÇÃO E MARCAÇÃO DOS ATIVOS	19
13. CLASSIFICAÇÃO E CONTROLE DOS RISCOS DE GESTÃO	19
14. CENÁRIO ECONÔMICO PARA O EXERCÍCIO DE 2014	20
15. DISPOSIÇÕES GERAIS	21
16. APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS EXERCÍCIO DE 2015	21
ANEXO I	222



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

1. INTRODUÇÃO

Consoante o artigo 4º da Resolução 3.922, de 25 de novembro de 2010, emanada do Conselho Monetário Nacional, é dever dos responsáveis pela gestão do RPPS, antes do exercício a que se referir a definição da Política Anual de Investimentos dos recursos. Nela, devem ser acima de tudo contemplados: a meta atuarial e modelo de gestão adotada para o exercício, a alocação objetiva dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos caracterizados como estratégico e tático, os parâmetros de rentabilidade, desempenho e risco para a composição e estruturação da carteira de investimentos, além dos limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão coobrigação de uma mesma pessoa jurídica.

No âmbito da citada Resolução são considerados recursos, as disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capital, os demais ingressos auferidos pelo RPPS, as aplicações financeiras, os títulos e valores mobiliários, os ativos vinculados por lei e demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária do RPPS.

Já o artigo 5º, reza que para que possa vigorar, a mencionada política deve ser previamente aprovada pelo órgão superior competente.

Portanto, esta Política de Investimentos descreve, em linhas gerais, a filosofia e as práticas que norteiam a gestão dos ativos do IPSV e tem como pilar básico a legislação a ela aplicada.

2. OBJETIVOS

O principal objetivo da Política de Investimentos do IPSV é o de ilustrar, em linhas gerais, as diretrizes relativas à gestão de suas finanças, de forma que ao atingir e se possível superar a meta atuarial definida para o seu equilíbrio econômico e financeiro ao longo do tempo, possa garantir o efetivo pagamento dos seus segurados e pensionistas.

Procura-se através deste documento assegurar o claro entendimento não só dos gestores, segurados e pensionistas, como também dos provedores externos de serviços, além dos órgãos reguladores, dos objetivos e restrições quanto aos investimentos e desinvestimentos do RPPS.

Objetiva-se também com a Política de Investimentos, observados os fatores de risco, liquidez, segurança, rentabilidade e transparência, o estabelecimento de critérios objetivos e racionais na avaliação das classes de ativos, dos administradores, gestores e custodiantes de carteiras de títulos públicos e de fundos de investimento, além das estratégias empregadas de modo a diversificar a carteira, como forma de redução dos riscos.

A Política de Investimentos elaborada e aprovada para o exercício, tem como possibilidade a sua revisão e possíveis alterações, caso está seja de comum acordo de todos os interessados.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

Portanto, por meio deste instrumento definem-se os critérios, procedimentos e limites estabelecidos para a aplicação e desinvestimento dos ativos financeiros, levando-se em consideração:

- O cumprimento das normas legais que regulamentam o RPPS;
- Metodologia e atualização documental por meio de credenciamento dos fundos de investimentos acompanhado da consultoria de valores mobiliários, se houver;
- Funcionalidade e atuação do Comitê de Investimentos;
- Os objetivos do IPSV consonante as obrigações presentes e as futuras apontadas no cálculo atuarial;
- Riscos inerente ao processo sistêmico, legal e operacional;
- O perfil de investimento de médio e longo prazo e o apetite por risco;
- As perspectivas econômicas para o ano em curso e os próximos;
- Meios de transparecer todo e qualquer informação referente as ações tomadas pelos responsáveis sobre investimentos e desinvestimentos.

3. META ATUARIAL

Os investimentos financeiros do IPSV serão realizados em 2015 de forma a se obter retorno igual, ou se possível superior, à variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) divulgado mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), acrescido de uma taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano) estabelecida como necessidade atuarial, conforme os cálculos atuariais vigentes, esta é a meta definida.

4. MODELO DE GESTÃO

Conforme o Art.15, § 1º, I da Resolução CMN nº3.922/2010 a gestão das aplicações dos RPPS poderá ser própria, por entidade autorizada e credenciada ou mista.

Em atendimento a norma, a gestão dos recursos financeiros do IPSV será **PRÓPRIA**.

Caracteriza-se como gestão própria dos recursos, quando as aplicações são realizadas diretamente pelo órgão ou entidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social.

5. OBRIGAÇÕES DOS GESTORES DO RPPS

Conforme o artigo 3º da Portaria nº 519 editada pelo Ministério da Previdência Social em 24/08/2011, com redação dada pela Portaria MPS nº 170 de 25/04/2012 e a Portaria MPS nº440 de 09/10/2013, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão observar, na gestão dos recursos de seus RPPS, além das



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

obrigações previstas em Resolução do CMN (Conselho Monetário Nacional) dispendo sobre as aplicações dos recursos dos RPPS:

- Quando as aplicações de parte ou da totalidade dos recursos do IPSV não forem realizadas pelos responsáveis pela sua gestão e sim por intermédio de entidade autorizada e credenciada para tal, realizar processo seletivo e submetê-lo à instância superior de deliberação, tendo como critérios, no mínimo, a solidez patrimonial da entidade, a compatibilidade desta com o volume de recursos e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros;
- Exigir da entidade autorizada e credenciada, mediante contrato, no mínimo mensalmente, relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e risco das aplicações;
- Realizar avaliação do desempenho das aplicações efetuadas por entidade autorizada e credenciada, no mínimo semestralmente, adotando de imediato, medidas cabíveis no caso da constatação de desempenho insatisfatória;
- Zelar pela promoção de elevados padrões éticos na condução das operações relativas às aplicações dos recursos operados pelo RPPS, bem como pela eficiência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle das aplicações;
- Elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle;
- Assegurar-se do desempenho positivo de qualquer entidade que mantiver relação de prestação de serviços e ou consultoria nas operações de aplicação dos recursos do RPPS e da regularidade do registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- Condicionar, mediante termo específico, o pagamento de taxa de performance na aplicação dos recursos do RPPS em cotas de fundos de investimento, ou por meio de carteiras administradas, ao atendimento, além da regulamentação emanada de órgãos competentes, especialmente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), no mínimo, dos seguintes critérios:
 - Que o pagamento tenha periodicidade mínima semestral ou que seja feito no resgate da aplicação;
 - Que o resultado da aplicação da carteira ou do fundo de investimento supere a valorização do índice de referência;
 - Que a cobrança seja feita somente depois da dedução das despesas decorrentes da aplicação dos recursos, inclusive da taxa de administração; e



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

- Que o parâmetro de referência seja compatível com a política de investimento do fundo e com os títulos que efetivamente o compoem.
- Disponibilizar aos seus segurados e pensionistas:
 - A política anual de investimentos e suas revisões no prazo de até trinta dias, a partir da data de sua aprovação;
 - As informações contidas nos formulários APR – Autorização de Aplicação e Resgate, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;
 - A composição da carteira de investimentos do RPPS no prazo de até trinta dias após o encerramento do mês;
 - Os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas;
 - As informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS;
 - A relação de entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento;
 - As datas e locais das reuniões dos órgãos de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos;
 - Os relatórios sobre a rentabilidade e os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões;

6. VIGÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Esta política de investimentos estará vigente durante o ano de 2015, porém com diretrizes estabelecidas com foco em horizontes mais curtos. Esta submete-se a revisões em períodos inferiores definidos como vigente, sempre que necessário, com o intuito de preservar as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos, por conta da conjuntura econômica vigente

7. ESTRUTURA DA GESTÃO DOS ATIVOS

A gestão da carteira de investimentos do IPSV, será procedida pela Diretoria Executiva, acompanhado do órgão deliberativo na tomada de decisões quanto aos investimentos e desinvestimentos, assessorado do Comitê de Investimentos que também auxiliará quanto ao Credenciamento.

7.1. COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Os Comitês de Investimentos através da Portaria MPS n° 170 de 25 de abril de 2012, artigo 3º-A e complementos da Portaria MPS n° 440 de 11 de outubro de 2013,



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

deverão ser constituídos em ato normativo, definindo sua estrutura, composição e funcionamento, atendendo no mínimo:

- Participar do processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos;
- Que seus membros mantenham vínculo com o ente federativo ou com o RPPS, na qualidade de servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração;
- Previsão de periodicidade das reuniões ordinárias e forma de convocação de extraordinárias;
- Exigência de as deliberações e decisões serem registradas em ata e
- Previsão de composição e forma de representatividade, sendo exigível a certificação, para a maioria dos seus membros.

O Decreto Executivo municipal nº 6.280/2013, de 02 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a criação, constituição e nomeação dos membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vespasiano – IPSV está disponível para aos segurados, pensionistas e demais interessados.

7.2. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA

Na seleção, acompanhamento e avaliação do desempenho de ativos e de produtos de investimento, os gestores do IPSV, serão auxiliados, sempre que necessário, por Consultoria de Valores Mobiliários, especialmente contratada para esta finalidade, que elaborará relatórios trimestrais para avaliação do desempenho da carteira e dos veículos de investimentos do Instituto.

A mencionada consultoria deverá ser registrada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e autorizada pelo CORECON (Conselho Regional de Economia) para o exercício da atividade.

7.3. ADMINISTRADORES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

De acordo com a Resolução 3.922 do CMN, a única classe de ativos passível de aquisição direta pelos RPPS é a representada pelos títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Além dos depósitos de poupança em instituições financeiras de baixo risco de crédito, a alternativa possível de investimento dos RPPS é através de fundos de investimento de diferentes classes de ativos, rendimentos e riscos.

Ao cadastrar e selecionar os administradores, gestores e conseqüentemente os fundos de investimento adequados aos RPPS, o IPSV estará tendo acesso a produtos que possibilitam a diversificação dos seus recursos financeiros, através de estruturas competentes na análise e seleção de ativos e produtos de renda fixa e variável, na avaliação dos riscos de crédito e de mercado envolvidos e na construção de cenários



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

macroeconômicos. Não há limite para a quantidade de administradores e gestores a serem cadastrados e selecionados.

Conforme a Instrução CVM nº 409 de 18/08/2004, a administração de fundo de investimento compreende o conjunto de serviços relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento e à manutenção do fundo, que podem ser prestados pelo próprio administrador ou por terceiros por ele contratados por escrito, em nome do fundo.

Além do serviço obrigatório de auditoria independente, o administrador poderá contratar, em nome do fundo, os seguintes serviços, com a exclusão de quaisquer outros não listados:

- A gestão da carteira do fundo;
- A consultoria de investimentos;
- As atividades de tesouraria, de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários;
- A distribuição de cotas;
- A escrituração da emissão e resgate de cotas;
- A custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros; e
- A classificação de risco por agência especializada constituída no país.

Os contratos firmados referentes aos serviços previstos nos itens a, c, e, bem como o g deverão conter cláusula que estipule a responsabilidade solidária entre o administrador do fundo e os terceiros contratados pelo fundo, por eventuais prejuízos causados aos cotistas em virtude das condutas contrárias à lei, ao regulamento e aos atos normativos expedidos pela CVM.

Independentemente da responsabilidade solidária acima referida, o administrador responde por prejuízos decorrentes de atos e omissões próprios a que der causa, sempre que agir de forma contrária à lei, ao regulamento do fundo e aos atos normativos expedidos pela CVM.

Caso o administrador não seja credenciado pela CVM como prestador de serviço de custódia de valores mobiliários, o fundo deve contratar instituição credenciada para esta atividade.

7.4. GESTORES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

A gestão da carteira de fundo de investimento é a gestão profissional, conforme estabelecido no seu regulamento, dos títulos e valores mobiliários dela integrantes, desempenhada por pessoa natural ou jurídica credenciada como administradora de carteira de valores mobiliários pela CVM, tendo o gestor poderes para negociar, em nome do fundo de investimento, os referidos títulos e valores mobiliários.

Na avaliação periódica de gestores de fundos de investimento, além do desempenho dos produtos geridos, serão também consideradas:



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

- A transparência no processo de gestão dos produtos;
- A existência de estrutura de gestão segregada de outras áreas da instituição com atividades conflitantes (*chineses hall*);
- A consistência na atividade de gestão de produtos de investimento, de acordo com o regulamento definido para cada produto;
- E o rating da instituição gestora, dos fundos de investimento por ela geridos, dos ativos que os compõe e de seus emissores, quando for o caso.

Compete aos gestores previamente cadastrados e selecionados o envio sempre em tempo hábil ao IPSV, a documentação atualizada relativa ao regulamento e ao perfil dos produtos escolhidos para investimento e das movimentações realizadas pelo Instituto.

Deverão também informar ao IPSV, por escrito, a ocorrência de qualquer alteração significativa na filosofia de investimento, a perda de um ou mais funcionários chave na gestão dos recursos, mudanças na estrutura societária da instituição gestora, enfim qualquer evento ou fato que possa impactar na qualidade da gestão ou na integridade dos investimentos realizados pelo Instituto.

7.5. AGENTE CUSTODIANTE

Relativamente à custódia de títulos e valores mobiliários, reza a Resolução 3.922/2010 do CMN, artigo 17, que salvo para as aplicações realizadas por meio de fundos de investimento, a atividade de agente custodiante, responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e variável, deve ser exercida por pessoas jurídicas registradas na CVM.

O IPSV poderá contratar instituição financeira capacitada como agente custodiante e na sua avaliação anual será levada em consideração:

- A qualidade do atendimento;
- A qualidade dos serviços prestados;
- A sua diligência na resolução de problemas e atendimento a demandas;
- A sua competitividade quanto às taxas cobradas;
- E a sua regularidade no envio e a fidelidade das informações prestadas nos relatórios.

8. SELEÇÃO E APLICAÇÃO DE ATIVOS E PRODUTOS DE INVESTIMENTOS

É de competência dos gestores e do órgão deliberativo do IPSV, assessorados pelo Comitê de Investimentos, a seleção e aplicação dos ativos e produtos financeiros que integrarão a carteira de investimentos do Instituto. Ambos têm o dever de:



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

- Observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência;
- Exercer suas atividades com boa fé, lealdade e diligência;
- Zelar por elevados padrões éticos;
- Adotar práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefício;
- Assegurar de que as empresas e profissionais contratados para lhe prestar serviços especializados tenham qualificação e experiência adequadas às incumbências e de que não haja conflitos de interesses; e
- Assegurar de que o processo de decisão e alocação dos investimentos seja realizado com isenção de conflitos de interesses de toda e qualquer ordem.

8.1. CREDENCIAMENTO

Na gestão própria, antes da realização de qualquer operação o IPSV deve assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento, em que deverão ser observados e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS, no mínimo:

- Atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliário ou órgão competente;
- Observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselham um relacionamento seguro;
- Regularidade fiscal e previdenciária.

Quando se tratar de fundos de investimento:

- O credenciamento recairá além do próprio fundo de investimento, sobre a figura do gestor e do administrador do fundo, contemplando no mínimo:
 - Na análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;
 - A análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;
 - Na avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e risco assumidos pelos fundos de investimento sob sua gestão e administração, no período de dois anos anteriores ao credenciamento.
- Deverá ser realizada a análise e registro do distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, certificando-



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento deverá ser atualizada a cada seis meses e as aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência para a conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas de atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime.

Ainda sobre a taxa de performance, o artigo 4º veda o seu pagamento quando o resultado do valor da aplicação for inferior ao seu valor nominal inicial ou ao valor na data da última cobrança.

O artigo 5º reza que a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata as Portarias e a Resolução do CMN dispo de sobre as aplicações dos recursos dos RPPS deverá permanecer à disposição dos órgãos de supervisão competente.

8.2. RELATÓRIO DE DUE DILIGENCE

O Relatório de Due Dilligence será realizado pela consultoria de valores mobiliários com o objetivo de auxiliar o IPSV na escolha dos fundos de investimentos que se habilitarão ao processo de credenciamento.

Os relatórios deverão dotar de informações, como:

- Histórico do gestor desde a sua fundação;
- Principais fundos habilitados para credenciamento;
- Filosofia de investimento;
- Processo decisório;
- Processo de execução dos investimentos (compra e venda);
- Fontes de pesquisa;
- Composição e histórico da equipe;
- Principais distribuidores;
- Corretoras aprovadas;
- Metodologia de risco e
- Rating da agência de avaliação de risco (quando disponível).

A atualização dos Relatórios de Due Dilligence acompanha a atualização do referido credenciamento.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

9. ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

A legislação atual impõe para todos os RPPS um modelo de gestão participativa em que os órgãos deliberativos, os gestores do RPPS e o comitê de investimentos estabelecem a estrutura de controle mais adequada de forma que todos os objetivos sejam atingidos.

A finalidade da gestão dos ativos da(o) IPSV é proporcionar rendimentos e ganhos de capital nos investimentos oriundos das contribuições e do estoque de recursos acumulados.

O controle contínuo da rentabilidade absoluta e relativa e do seu comportamento de longo prazo deverá permitir a eficiência no processo de tomada de decisão e consolidação dos investimentos. Assim, foram estabelecidos critérios de desempenho que envolvem os fundos de investimentos que serão continuamente acompanhadas devendo resultar em uma realocação imediata em caso de descumprimento dos critérios aqui estabelecidos, os quais se seguem:

- Fundos de ações e multimercados – rentabilidade acumulada nos últimos 24 meses inferior ao índice de referência e ao seu grupo de similares (peers);
- Fundos de renda fixa – rentabilidade acumulada nos últimos 12 meses inferior ao índice de referência e ao seu grupo de similares (peers);

Adicionalmente serão calculados para os fundos de investimentos os seguintes indicadores de risco para efeitos de acompanhamento:

- Sharpe;
- Treynor;
- Sortino;
- Tracking Error;
- Distorção (skewness);
- Curtose

9.1. DESENQUADRAMENTO

Entende-se por desenquadramento, os diferentes tipos a seguir:

- Passivo
- Ativos
- Em relação à Política de investimentos.

O desenquadramento passivo decorre da valorização desigual de determinados ativos e/ou classe de ativos em relação ao restante da carteira de investimentos ocasionando o aumento de participação dessas determinadas classes que ultrapasse os limites previstos na legislação. Atualmente este tipo de desenquadramento tem amparo da



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

Resolução CMN nº 3.922/2010 no artigo 22, que concede o prazo de 180 dias para regularização a contar da data da ocorrência.

O desenquadramento ativo decorre das aplicações efetivamente realizadas em desacordo com a Resolução CMN 3.922/2010.

O desenquadramento em relação à política de investimentos ocorre pelo desvio na composição da carteira de investimentos em relação à alocação objetiva adotada para o exercício. Este desenquadramento não fere a Resolução CMN 3.922/2010, no entanto, confronta com a exigência do Ministério da Previdência Social quanto à necessidade de posição na Política de Investimentos das alocações a serem realizadas.

No entanto, em decorrência de mudanças estruturais ou conjunturais no mercado financeiro e de capitais, os objetivos de alocação dos RPPS podem ensejar alterações na Política de Investimentos.

A prerrogativa conferida pelo Presidente do Banco Central do Brasil, prerrogativa esta, de alterar a meta para a Taxa Selic na direção do viés, elevando ou reduzindo-a, entre as reuniões do COPOM – Comitê de Política Monetária, conforme Arts. 9º e 10, XII da Lei Federal 4.595/1964, Art. 2º do Decreto Federal 3.088/1999 e Art. 4º, II, "c" da Circular BCB 3.593/2012 fica instituído ao IPSV a majoração ou redução dos limites estipulados como Alocação Objetiva da Política Anual de Investimentos para o exercício vigente. A compensação dos limites em outros segmentos de aplicação a aplicação devem totalizar o limite de 100% (cem por cento).

O tratamento exigido quanto aos desenquadramentos, decai sobre os responsáveis pela gestão do IPSV e demais responsáveis assim estipulados legalmente.

14

10. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

A estratégia de alocação dos recursos do RPPS contempla os segmentos de aplicação apresentados abaixo, bem como as classes de ativos apresentadas na Tabela de Alocação Objetivo, conforme reza a Resolução 3.922/2010 do CMN.

10.1. SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

Os recursos do IPSV, conforme a legislação em vigor serão, alocados nos seguintes segmentos:

- Renda fixa;
- Renda variável;
- Imóveis.

10.1.1. Segmento de Renda Fixa

Neste segmento, os recursos do RPPS serão aplicados em carteira própria de títulos de emissão do Tesouro Nacional, em operações compromissadas com lastro



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

exclusivamente nesses títulos do Tesouro Nacional, em caderneta de poupança ou em fundos de investimento. É admitida a aplicação em fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, desde que seja possível identificar e demonstrar que os respectivos fundos mantenham as composições, limites e garantias exigidas para os fundos de investimento que trata a legislação.

Os tipos de fundos de investimento inseridos neste segmento e que podem receber recursos dos RPPS são:

- Fundos de Investimento 100% Títulos Públicos: constituídos sob a forma de condomínio aberto, têm a sua carteira formada exclusivamente por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. Os principais títulos emitidos e negociados no mercado atualmente são a Nota do Tesouro Nacional-série B (NTN-B) e a Letra Financeira do Tesouro (LFT).
- Fundos de Investimento de Renda Fixa: são fundos abertos cujas carteiras são compostas por títulos de renda fixa públicos ou privados. Os limites de aplicação são mais generosos em relação aos fundos que possuem na sua composição títulos com baixo risco de crédito e mais restritivos onde o risco de crédito for maior.
- Fundos de Investimento em Direitos Creditórios: também conhecidos como FIDC's, têm a sua carteira composta por títulos ou operações de crédito originadas nos setores financeiro, comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de serviços. Podem ser constituídos sob a forma de condomínio aberto ou fechado. Se for aberto, o resgate de cotas será conforme o estabelecido no regulamento e se for fechado, o resgate de cotas será só no encerramento do fundo ou de cada série ou classe de cota. Há a possibilidade de amortização de cotas e de liquidação antecipada do fundo. É um produto destinado ao investidor de longo prazo.

Os índices de referência a serem utilizados pelos fundos do segmento de Renda Fixa são: os índices de preços IPCA ou INPC, acrescido de cupom de juros, os índices IMA ou IDkA e o CDI, conforme o perfil do fundo.

10.1.2. Segmento de Renda Variável

No segmento de renda variável, os recursos dos RPPS serão aplicados em fundos de investimento em ações, fundos de investimento multimercados, fundos de investimento em participações e fundos de investimento imobiliário. É admitida a aplicação em fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, desde que seja possível identificar e demonstrar que os respectivos fundos mantenham as composições, limites e garantias exigidas para os fundos de investimento que trata a legislação.

Os tipos de fundos de investimento inseridos neste segmento e que podem receber recursos dos RPPS são:



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

- Fundos de Investimento em Ações: constituídos sob a forma de condomínio aberto, são compostos por ações ou índices de ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). Por serem mais voláteis, esses fundos exigem habilidades específicas dos gestores quer na escolha das ações que integrarão suas carteiras, como na escolha do momento mais adequado de compra-las ou vende-las. Podem ser referenciados nos índices Ibovespa, IBrX ou IBrX-50.
- Fundos Multimercado: constituídos sob a forma de condomínio aberto, são fundos com diferentes perfis que podem atuar nos mercados de câmbio, commodities, ações, taxa de juros, índices de preços, etc. Ou seja, procuram obter retorno atuando em diferentes mercados e assumindo riscos maiores ou menores conforme a estratégia do gestor e as condições dos mercados. Na sua maioria, adotam o CDI como referencial.
- Fundos de Investimento em Participações: constituídos sob a forma de condomínio fechado, destinam parte significativa dos seus recursos para a aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações. São caracterizados, principalmente, pela participação ativa na administração das empresas em que investem, seja ela de capital aberto ou fechado. São referenciados em índice de ações ou em índice de inflação acrescido de um cupom juros.
- Fundos de Investimento Imobiliário: têm como objetivo aplicar seus recursos em ativos que tenham base imobiliária. Ou seja, no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, em imóveis prontos, em direitos a eles relativos, em ações do segmento imobiliário, etc. Podem ser referenciados no Índice BM&FBovespa-IMOB, por exemplo. Para que possam captar recursos dos RPPS, devem ter as suas cotas negociadas em bolsa de valores.

16

Na tabela de Alocação Objetivo são apresentados os limites legais de diversificação.

10.1.3. Segmento Imóveis

As aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os imóveis vinculados por lei ao RPPS, que poderão ser utilizados para a aquisição de cotas de fundos de investimento imobiliário, cujas cotas sejam negociadas em ambiente de bolsa de valores.

10.2 VEDAÇÕES

De acordo com a Resolução 3.922/2010 do CMN é vedado aos RPPS:

- Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativo gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

- Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;
- Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;
- Praticar operações denominadas *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociações de títulos públicos federais realizadas diretamente pelo RPPS e;
- Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução 3.922/2010.

11. ALOCAÇÃO-OBJETIVO

Após a análise da carteira de investimentos do IPSV e considerado o cenário econômico financeiro para 2015, elaborados por consultoria contratada, foi definida uma Alocação-Objetivo que deve ser executada até o fim do ano referência.

É importante salientar que tal alocação não constitui uma obrigação do Regime, mas uma meta a ser perseguida (alcançada), sujeita a possíveis alterações ou implementações de acordo com mudanças no comportamento do mercado e/ou alterações da legislação, previamente aprovadas pela maioria absoluta dos membros do Comitê de Investimentos e do Conselho de Administração do IPSV.

17

Alocação-Objetivo

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vespasiano – IPSV

Segmento	Classe de Ativos	Limite Mínimo	Limite Máximo	Alocação objetivo
Renda Fixa Limite máximo de 100%	Títulos Tesouro Nacional (Selic) - Art. 7º I, "a"	0%	100%	0%
	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	0%	100%	50%
	Operações Compromissadas TPF - Art. 7º, II	0%	15%	0%
	FI Renda Fixa / Referenciados RF - Art. 7º, III	0%	80%	15%
	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	0	30%	20%
	Poupança - Art. 7º, V	0%	20%	0%
	FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	0%	15%	0%
	FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, "a"	0%	5%	0%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado" - art. 7º, VII, "b"	0%	5%	0%
	FI Ações Referenciado - Art. 8º, I	0%	30%	2%
Renda Variável Limite máximo de 30%	FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	0%	20%	0%
	FI em Ações - Art. 8º, III	0%	15%	8%
	FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	0%	5%	5%
	FI em Participações - Fechado - Art. 8º, V	0%	5%	0%
	FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	0%	5%	0%
	Total			



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

11.1. LIMITES DE APLICAÇÕES POR SEGMENTOS E CLASSES DE ATIVOS

A tabela de Alocação Objetivo apresenta os limites de aplicação por segmento e por classe de ativo, autorizados pela Resolução 3.922 do CMN.

11.2. LIMITES ADICIONAIS DE APLICAÇÃO

11.2.1. Segmento de Renda Fixa

- Excetuando-se os títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e os depósitos de poupança, os regulamentos dos fundos selecionados pelo RPPS para aplicação deverão determinar que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controlada, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de **20%** (vinte por cento).
- Os regulamentos dos fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto ou fechado que forem selecionados pelo RPPS para aplicação deverão determinar que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controlada, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de **20%** (vinte por cento).
- As aplicações feitas pelo RPPS em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios constituídos sob a forma de condomínio aberto ou fechado ou ainda em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham a denominação "crédito privado", não excederá **15%** (quinze por cento) do total das aplicações do Instituto.

11.2.2. Segmento de Renda Variável

As aplicações previstas neste segmento, cumulativamente, estão limitadas a **30%** (trinta por cento) da totalidade das aplicações do RPPS e aos limites de concentração por emissor conforme regulamentação editada pela CVM.

11.2.3. Limites Gerais

- As aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento apresentados nas classes III e IV do segmento de renda fixa na Tabela de Alocação Objetivo, bem como na classe I do segmento de renda variável da mesma tabela, não podem exceder **20%** (vinte por cento) das aplicações dos recursos do RPPS.
- O total das aplicações dos recursos do RPPS em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, **25%** (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo. Este limite é facultativo nos 120 (cento e vinte) dias subsequentes à data de início das atividades do fundo.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

12. PRECIFICAÇÃO E MARCAÇÃO DOS ATIVOS

Na existência de carteira própria de títulos de emissão do Tesouro Nacional, compete ao responsável pela gestão do IPSV observar as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos.

A finalidade é a de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação e para a marcação a mercado dos mencionados títulos. Caso a gestão da mencionada carteira seja feita por entidade autorizada e credenciada, deve a gestão do Instituto exigir que a marcação a mercado dos referidos títulos seja efetuada pelo gestor.

Em relação aos fundos de investimento, por serem geridos externamente, cabe primariamente aos seus gestores observar os critérios de precificação dos ativos respeitando as normas pré-estabelecidas pelo mercado e pela legislação vigente.

De forma geral, o IPSV estabeleceu o critério de marcação a mercado dos ativos, não importando o veículo de investimento.

13. CLASSIFICAÇÃO E CONTROLE DOS RISCOS DE GESTÃO

Qualquer que seja o modelo de gestão, os riscos a que está sujeita estão classificados abaixo e é preocupação constante do IPSV o seu continuado monitoramento.

13.1. RISCO DE MERCADO

É o risco a que todas as modalidades de aplicações financeiras estão sujeitas. Derivam das incertezas quanto ao resultado de um investimento dadas as oscilações nas taxas e preços, em decorrência das mudanças nas condições de mercado.

Para o seu controle, são apuradas as volatilidades das diferentes classes de ativos a que a carteira do IPSV está exposta.

Com base neste critério, podem ser monitorados, além dos fatores de risco com maior impacto na carteira, os valores financeiros envolvidos.

Cabe também destacar a importância do monitoramento da correlação entre diferentes mercados, como forma de antecipar os impactos na carteira do Instituto.

Para otimizar os resultados obtidos pela gestão da carteira de ativos podem ser geradas fronteiras eficientes, onde serão evidenciados os retornos possíveis dados determinados graus de risco.

Através do Índice de Sharp, pode também ser avaliado o retorno da carteira frente ao fator risco.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

13.2. RISCO DE CRÉDITO

É o risco conhecido como institucional ou de contraparte. É quando há a possibilidade de que o emissor ou garantidor de determinado ativo, não honre as condições e prazos pactuados e contratados com o investidor.

Para avaliar o risco de crédito a que o IPSV estará sujeito nos investimentos que realizar, fundamentará as suas decisões em avaliações de crédito (*ratings*) elaboradas pelas seguintes agências:

- Fitch Ratings;
- Moody's Investor;
- Austin Rating;
- Standard & Poor's;
- SR Rating.

Na hipótese de que determinado investimento realizado pelo IPSV exija classificação de risco de crédito, será considerado aquele que tenha baixo risco conforme os padrões de avaliação das agências acima.

13.3. RISCO DE LIQUIDEZ

É o risco associado à existência de compradores e vendedores de determinado ativo ao longo do tempo. Em mercados de baixa liquidez, para que haja a possibilidade de negociação de determinado ativo pode ser necessário abrir mão do preço pretendido.

Para mitigar este risco, o IPSV mantém percentual adequado de seus recursos financeiros em ativos de liquidez imediata, tendo em vista os seus compromissos no curto e médio prazo.

14. CENÁRIO ECONÔMICO PARA O EXERCÍCIO DE 2014

EXPECTATIVAS DE MERCADO

INDICADOR	2014	2015
IPCA (%)	6,39	6,40
INPC (%)	5,90	5,96
IGP-M (%)	3,48	5,54
IPC-Fipe (%)	5,22	5,38
Crescimento do PIB (%)	0,20	0,80
Taxa de Câmbio - Fim do Período (R\$/US\$)	2,50	2,60
Taxa Over SELIC - Fim do Período (% a.a.)	11,50	12,00

Fonte: Relatório Focus (07/11/2014), Banco Central



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV


15. DISPOSIÇÕES GERAIS


- A Política de Investimentos terá vigência por um ano, a contar da data de início do exercício a que se refere, podendo ser revisada e atualizada sempre que for necessário;
- A Política de Investimentos e suas eventuais revisões serão disponibilizadas para a consulta dos interessados, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de sua aprovação;
- Reuniões extraordinárias serão realizadas, sempre que as condições vigentes no mercado financeiro e de capitais ou mudanças no arcabouço legal impuserem alterações na Política de Investimentos do IPSV;

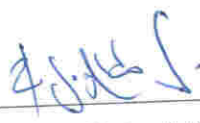
16. APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS EXERCÍCIO DE 2015

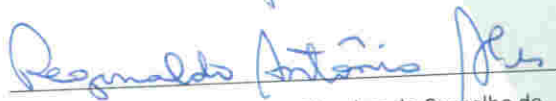
Esta Política de Investimentos, com vigência para o exercício de 2015, foi aprovada pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vespasiano - IPSV, conforme atas das reuniões dos órgãos supracitados, realizadas em 15 de dezembro de 2014.


Vespasiano, 15 de dezembro de 2014.


Amarildo Cruz – Diretor Presidente – Presidente do Comitê de investimentos


Clermon Augusto Drumond – Diretor Administrativo e Financeiro - Secretário do Comitê de Investimentos


Reginaldo de Almeida Lima – Diretor de Previdência e Atuária – Membro do Comitê de Investimentos


Reginaldo Antônio Alves – Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Investimentos


Guilherme Fonseca Panizza Alves – Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Investimentos


Sheila Regina de Aviz Sales – Presidente do Conselho de Administração do IPSV



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

ANEXO I

Alocação-Objetivo – Sugestões de Carteiras na Fronteira Eficiente

	CARTEIRA 1	CARTEIRA 2	CARTEIRA 3	CARTEIRA 4	CARTEIRA 5
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	54,56%	68,14%	66,61%	65,49%	58,89%
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	21,96%	5,62%	5,00%	0,00%	0,00%
Poupança - Art. 7º, V	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%
FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, "c"	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI em Ações - Art. 8º, III	2,20%	3,87%	5,24%	8,88%	12,82%
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	1,22%	1,86%	2,50%	3,43%	3,97%
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º	0,06%	0,51%	0,66%	2,21%	4,32%

	CARTEIRA 6	CARTEIRA 7	CARTEIRA 8	CARTEIRA 9	CARTEIRA 10
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	55,00%	55,00%	55,00%	55,00%	55,00%
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Poupança - Art. 7º, V	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%
FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, "c"	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI em Ações - Art. 8º, III	16,42%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	3,58%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%

ANEXOS

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE
INVESTIMENTOS - DPIN



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE
Nome: Prefeitura Municipal de Vespasiano / MG
Endereço: Avenida Prefeito Sebastião Fernandes, nº 479
Bairro: Centro
Telefone: (031) 3621-1000
Fax: (031) 3621-2560
CNPJ: 18.715.425/0001-42
Complemento:
CEP: 33200-000
E-mail: gabinete.vespasiano@yahoo.com.br

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE
Nome: Carlos Moura Murta
Cargo: Prefeito
E-mail: gabinete.vespasiano@yahoo.com.br
CPF: 050.757.776-00
Complemento do Cargo:
Data Início de Gestão: 01/01/2013

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF
Nome: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vespasiano - IPSV
Endereço: Rua Joaquim Batista Junior, 165
Bairro: Nazaré
Telefone: (031) 3621-1166
Fax: (031) 3621-1166
CNPJ: 04.835.019/0001-09
Complemento: casa
CEP: 33200-000
E-mail: ipvespasiano@yahoo.com.br

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA
Nome: AMARILDO CRUZ
Cargo: Diretor
Telefone: (031) 3621-1166
Fax: (031) 3621-1166
Complemento do Cargo:
E-mail: cruzamarildo@yahoo.com.br
CPF: 476.119.956-34
Data Início de Gestão: 01/01/2002

5. GESTOR DE RECURSOS
Nome: AMARILDO CRUZ
Cargo: Diretor
Telefone: (031) 3621-1166
Fax: (031) 3621-1166
Entidade Certificadora: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC
Complemento do Cargo: Presidente
E-mail: cruzamarildo@yahoo.com.br
CPF: 476.119.956-34
Data Início de Gestão: 01/01/2002
Validade Certificação: 31/03/2017

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO
Nome: AMARILDO CRUZ
Telefone: (031) 3621-1166
Fax: (031) 3621-1166
Data de envio: 06/01/2015
CPF: 476.119.956-34
E-mail: cruzamarildo@yahoo.com.br

06/01/15 15:34 v2.0

CARLOS MURTA
Prefeito Municipal

Amarildo Cruz
Diretor Presidente
Inst. Prev. Serv. Púb. Mun. Vespasiano

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2015

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: AMARILDO CRUZ

Data da Elaboração: 17/11/2014 Data da ata de aprovação: 15/12/2014

Orgão superior competente: Conselho de Administração

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: INPC Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: (X) Meio Eletrônico (X) Impresso

CPF: 476.119.956-34

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	50,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciadas RF - Art. 7º, III	80,00	15,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30,00	20,00
Poupança - Art. 7º, V	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	15,00	0,00
FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, "a"	5,00	0,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5,00	0,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciadas - Art. 8º, I	30,00	2,00
FI de Índices Referenciadas em Ações - Art. 8º, II	20,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	8,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	5,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	0,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	0,00
Total		100,00

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

Elevação da taxa básica de juros para patamar superior a 12% a.a. devido às pressões inflacionárias, aumento da cotação do dólar e probabilidade crescente da elevação da taxa de juros pelo Banco Central Americano, PIB pode crescer abaixo de 1% em 2015. Cenário muito difícil para o atingimento da meta atuarial com as aplicações de renda fixa, além de incertezas quanto às aplicações em renda variável. Insegurança dos investimentos quanto à autonomia da equipe econômica, que, no entanto, tem a confiança do mercado. Cenário favorável para ações de empresas exportadoras.

Objetivos da gestão

Atingir e se possível superar a Meta Atuarial através de carteira diversificada com visão no longo prazo, limites de posição dentro da diversificação permitida pela Resolução 3.922 e dos limites internos do Instituto. Aplicações em fundos DI para diminuir o risco da carteira durante o tempo necessário, mesmo às custas do não atingimento da meta atuarial com este tipo de ativo.

Estratégia de formação de preços - Investimentos e desinvestimentos

Os preços dos ativos (carteiras de fundos e de títulos do Tesouro Nacional) deverão ser marcados a mercado, sendo a responsabilidade dos administradores. Os investimentos e desinvestimentos serão realizados considerando-se a meta atuarial, a relação risco x retorno dos ativos e as oportunidades de mercado analisadas e apontadas por consultoria especializada, no entanto, sempre sujeitas a deliberação do Conselho de Administração e do Comitê de Investimentos do IPSV.

06/01/15 15:34 v2.0


CARLOS MURA
Prefeito Municipal


Amarildo Cruz
Diretor Presidente
Inst. Prev. Serv. Pùb. Mun. Respostano

Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

Nos segmentos de renda fixa e renda variável a gestão será própria.


Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

Além do suporte da Unidade de Gestão Previdenciária - UGP do Banco do Brasil, do apoio da GEPOT da Caixa Econômica Federal e capacitação permanente da equipe da unidade gestora do IPSV, contamos com consultoria especializada que nos auxilia na leitura de diagnósticos da carteira de investimento, objetivando a diversificação para a otimização da relação risco e retorno, bem como na avaliação trimestral do desempenho dos produtos de investimento integrantes da carteira do Instituto e dos disponíveis no mercado, além disso, todos os diretores do IPSV são detentores de certificação profissional para gestão de recursos da legislação vigente.

Observações

Em caso de mudanças no cenário macroeconômico, a Diretoria Executiva, juntamente com o Conselho de Administração e o Comitê de Investimentos do IPSV, em suas reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que necessário, deverão analisar e deliberar sobre as alternativas mais vantajosas na composição da carteira de investimentos desta autarquia. A locação objetivo não é uma obrigação do RPPS, mas sim um objetivo a ser alcançado, levando-se em consideração o dinamismo do mercado e as tendências e perspectivas avaliadas permanentemente pelos órgãos do IPSV supracitados.

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	050.757.776-00 - Carlos Moura Murta	Data:	<u>6/11/2015</u>	Assinatura:	 CARLOS MOURA CARLOS MOURA MURTA
Representante Legal da Unidade Gestora:	476.119.956-34 - AMARILDO CRUZ	Data:	<u>6/11/2015</u>	Assinatura:	
Gestor do Recurso RPPS:	476.119.956-34 - AMARILDO CRUZ	Data:	<u>6/11/2015</u>	Assinatura:	
Responsável:	476.119.956-34 - AMARILDO CRUZ	Data:	<u>6/11/2015</u>	Assinatura:	

Amarildo Cruz
Diretor Presidente
Int. Prev. Serv. Píb. Min. Vespertino

ANEXO II

ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE VESPASIANO - IPSV

Ata da reunião do Conselho de Administração, realizada às 15 horas e 30 minutos no dia 15/12/2014 na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vespasiano, conforme previsto no calendário e comunicação enviada aos conselheiros. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Maria Eugênia Fonseca, Janaina Augusta Gonçalves de Carvalho Araújo, Sheila Regina de Aviz Sales, Guilherme Fonseca Panizza Alves, Reginaldo Antônio Alves, Ricardo Dada Diniz, Karina Karen dos Santos, Adriene Beatriz Fonseca Pinto e Denize Soares Fonseca Nassif. Foram solicitadas as presenças dos diretores Amarildo Cruz, Reginaldo de Almeida Lima e Clermon Augusto Drumond além da Controladora Interna Simone Cristine Ribeiro e Silva que participaram da reunião. Antes de iniciar os trabalhos a presidente do Conselho de Administração Sheila Regina de Aviz Sales solicitou a todos que realizassem um minuto de silêncio em homenagem ao aposentado e conselheiro do IPSV José Magno Castilho, falecido no dia 08 de dezembro de 2015. Vários conselheiros usaram a palavra enaltecendo a participação e assiduidade de José Magno Castilho nas diversas reuniões e no cotidiano do IPSV, demonstrando a preocupação do mesmo com o futuro da autarquia. Amarildo Cruz, Reginaldo Lima, Clermon Augusto e Simone Cristine falaram da amizade e da presença sempre constante de José Magno Castilho no IPSV. Logo a seguir Sheila Regina de Aviz Sales abriu a reunião agradecendo a presença de todos e passou a palavra ao Diretor Administrativo e Financeiro Clermon Augusto que apresentou os documentos contábeis relativos ao mês de novembro/2014, assim como os rendimentos das aplicações financeiras. Após apresentação e exame dos documentos contábeis, Clermon Augusto Drumond fez uma breve explanação sobre as receitas e despesas no mês, assim como o resumo da execução orçamentária. Clermon Augusto Drumond afirmou que, em 30 de novembro de 2014, as aplicações e disponibilidades financeiras do IPSV atingiram o valor de R\$ 56.522.149,38 (cinquenta e seis milhões quinhentos e vinte e dois mil cento e quarenta e nove reais e trinta e oito centavos), investidos nos fundos BB Previdenciário RF IMA-B FI, BB Previdenciário RF IMA-B - Títulos Públicos FI, BB Previdenciário RF FLUXO FIC, BB Ações PETROBRAS, Caixa FI Brasil DI Longo Prazo, Caixa FI Brasil IMA GERAL Títulos Públicos RF, FI Caixa Brasil IMA-B 5+ Títulos Públicos RF LP, Caixa Brasil FI IDKA IPCA 2A RF LP e Caixa FI Ações PETROBRAS, conforme estabelecido na Política de Investimentos do IPSV para o exercício de 2014 e de acordo com as deliberações do Conselho de Administração e do Comitê de Investimentos do IPSV. A seguir Amarildo Cruz afirmou que no mês de novembro/2014 as aplicações financeiras tiveram rendimento de 0,67%, correspondendo ao valor de R\$ 389.271,34 (trezentos e oitenta e nove mil duzentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos), incluídos também os rendimentos da aplicação dos recursos oriundos do INSS-COMPREV. Amarildo Cruz afirmou que, comparativamente a outubro de 2014, houve queda nos rendimentos, permanecendo, portanto, no campo positivo. Clermon Augusto Drumond apresentou cópias dos extratos das contas correntes e das aplicações financeiras, afirmando ainda que os mesmos encontram-se à disposição, na sede do IPSV, de qualquer conselheiro ou segurado que se interessar. Clermon Augusto Drumond informou que o IPSV realizou no dia 28 de novembro de 2014, nos termos da Lei Municipal nº 2.307/2009, o pagamento relativo ao mês de novembro/2014, dos proventos de aposentadoria e pensão dos inativos e pensionistas que, de acordo com a Lei Municipal nº 1920, de 05 de julho de 2001, foram concedidos e são custeados pelo Tesouro Municipal. Clermon Augusto Drumond informou ainda que o total bruto dos proventos dos referidos inativos e pensionistas relativos ao mês de novembro/2014 foi de R\$ 183.619,43 (cento e oitenta e três mil seiscentos e dezenove reais e quarenta e três centavos), sendo essa importância repassada ao IPSV pelo tesouro Municipal para arcar com o respectivo pagamento. Quanto aos inativos e pensionistas do próprio IPSV, Clermon Augusto Drumond afirmou que o total da folha relativa ao mês de novembro/2014 foi de R\$ 430.838,46 (quatrocentos e trinta mil oitocentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos). Clermon Augusto Drumond informou que as despesas administrativas do IPSV em novembro de 2014 totalizaram R\$ 49.940,93 (quarenta e nove mil novecentos e quarenta reais e noventa e três centavos). A seguir Sheila Regina de Aviz Sales colocou em discussão as demonstrações contábeis apresentadas. Não houve questionamentos dos conselheiros. Em seguida ocorreu a votação em que os conselheiros aprovaram, sem ressalvas e por unanimidade, os demonstrativos contábeis apresentados. Clermon Augusto Drumond reafirmou que todos os relatórios, extratos e demais documentos contábeis encontram-se à disposição de quaisquer conselheiros ou segurados interessados, bastando para isso ir até



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE VESPASIANO – IPSV

a sede do IPSV. A seguir, Amarildo Cruz apresentou e fez uma breve explanação sobre o Relatório de Investimentos do IPSV referente a novembro de 2014, enfocando principalmente o cumprimento da meta atuarial mensal, assim como, o cumprimento, com folga, da meta atuarial proposta para o ano de 2014, ou seja, INPC mais 6% ao ano de juros, que totalizam 11,37% até 30/11/2014, enquanto os rendimentos das aplicações financeiras atingiram 14,18% até a referida data, ficando em torno de 2,46% acima da meta atuarial proposta. Como é de praxe, Amarildo Cruz apresentou um comparativo com os diversos indicadores de mercado, enquadramento na resolução CMN nº 3.922, assim como informações sobre os riscos inerentes aos fundos de investimentos do IPSV. Amarildo Cruz destacou que permanecem as incertezas no mercado financeiro, ressaltando a queda cada vez maior nas previsões do crescimento do PIB brasileiro em 2014 e 2015, descontrolado fiscal e inflação persistente, variações na cotação do dólar, evolução da crise na zona do euro, dúvidas quanto às próximas ações do Banco Central Americano, assim como as perspectivas quanto à economia chinesa. Após a explanação do presidente, os membros do Conselho de Administração manifestaram satisfação com os resultados das aplicações financeiras e, por unanimidade, autorizaram a Diretoria Executiva a manter os investimentos nos mesmos fundos e os recursos novos serem direcionados aos fundos DI ou Caixa Brasil FI IDKA IPCA 2A RF LP, assim como, autorizaram a Diretoria Executiva a migrar recursos entre as aplicações já existentes, em conformidade com as normas legais e Política de Investimentos do IPSV, principalmente para efetuar a quitação das despesas administrativas e pagamento dos benefícios previdenciários de responsabilidade da autarquia. Também por unanimidade, autorizaram a Diretoria Executiva a manter os recursos aplicados nos fundos de Ações da PETROBRAS, e aguardar o momento mais oportuno para efetuar o resgate. Foi mantida a autorização, por decisão unânime, à Diretoria Executiva, para aplicar oportunamente nos fundos de ações da PETROBRAS e ELETROBRAS, até 8% do total do ativo do IPSV. Foi ratificada a posição dos conselhos e Comitê de Investimentos do IPSV de manter as aplicações financeiras somente na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Em seguida Amarildo Cruz perguntou aos membros do Conselho de Administração se os mesmos tinham alguma dúvida a respeito da proposta de Política de Investimentos do IPSV para o exercício de 2015, elaborada em conformidade com a resolução CMN nº 3.922, de 25/10/2010 e demais normas legais pertinentes, documento este apresentado na reunião do mês de novembro de 2014. Amarildo Cruz perguntou novamente se algum membro tinha alguma dúvida ou questionamento a serem esclarecidos e os mesmos disseram que não. Em seguida Sheila Regina de Aviz Sales colocou a proposta de Política de Investimentos do IPSV para o exercício de 2015 em votação, sendo a mesma aprovada pela unanimidade dos conselheiros presentes. Encerrando sua participação, Amarildo Cruz reforçou o convite para o evento do IPSV, que ocorrerá a partir das 17 horas do dia 19 de dezembro de 2014, no Hotel San Diego de Vespasiano. Amarildo Cruz pediu o empenho e participação de todos, haja vista que na ocasião serão tratados vários assuntos de interesse e importância para o IPSV, tais como relatório de gestão, detalhamento da Política de Investimentos e Plano de Trabalho para o exercício de 2015, Prestação de Contas, dentre outros. Em seguida, Reginaldo Lima afirmou que não foram baixadas e publicadas portarias após a portaria de nº 342. Encerrando a reunião, Sheila Regina de Aviz Sales passou às mãos de cada conselheiro uma cópia do calendário anual das reuniões mensais relativas ao ano de 2015, que ocorrerão nas terceiras segundas-feiras de cada mês, a partir das 15 horas e 30 minutos, na sede do IPSV, ou na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, conforme a conveniência, devendo, portanto, haver comunicação com antecedência mínima de 24 horas sobre tal mudança de local. Nada mais havendo a tratar lavrou-se a presente ata que será assinada pelos conselheiros presentes.

Maria Eugênia Fonseca

Maria Eugênia Fonseca

Sheila Regina de Aviz Sales

Sheila Regina de Aviz Sales

Reginaldo Antônio Alves

Reginaldo Antônio Alves

Janaina Augusta Gonçalves de Carvalho Araújo

Janaina Augusta Gonçalves de Carvalho Araújo

Guilherme Fonseca Panizza Alves

Guilherme F. Panizza Alves

Ricardo Dada Diniz

Ricardo Dada Diniz

Karina Karen dos Santos

Karina Karen dos Santos

Adriene Beatriz Fonseca Pinto

Adriene Beatriz Fonseca Pinto

Denize Soares Fonseca Nassif

Denize Soares Fonseca Nassif

ANEXO III

ATA DO CONSELHO FISCAL



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE VESPASIANO – IPSV

Ata da reunião do Conselho Fiscal, realizada às 16 horas no dia 15/12/2014 na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vespasiano, conforme previsto no calendário e comunicação enviada aos conselheiros. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Andréa Fernandes de Oliveira, Cristina Antônia dos Santos Kodato, Rodrigo Duarte da Costa, José Estêvão de Andrade Aarão e Adalzira Maria de Ananias. Foram solicitadas as presenças dos diretores Amarildo Cruz, Reginaldo de Almeida Lima e Clermon Augusto Drumond além da Controladora Interna Simone Cristine Ribeiro e Silva que participaram da reunião. Antes de iniciar os trabalhos a presidente do Conselho Fiscal Andréa Fernandes de Oliveira solicitou a todos que realizassem um minuto de silêncio em homenagem ao aposentado e conselheiro do IPSV José Magno Castilho, falecido no dia 08 de dezembro de 2015. Vários conselheiros usaram a palavra enaltecendo a participação e assiduidade de José Magno Castilho nas diversas reuniões e no cotidiano do IPSV, demonstrando a preocupação do mesmo com o futuro da autarquia. Amarildo Cruz, Reginaldo Lima, Clermon Augusto e Simone Cristine falaram da amizade e da presença sempre constante de José Magno Castilho no IPSV. A seguir, Andréa Fernandes de Oliveira abriu a reunião agradecendo a presença de todos e passou a palavra ao Diretor Administrativo e Financeiro Clermon Augusto Drumond que apresentou os documentos contábeis relativos ao mês de novembro/2014, assim como os rendimentos das aplicações financeiras. Após apresentação e exame dos documentos contábeis, Clermon Augusto Drumond fez uma breve explanação sobre as receitas e despesas no mês, assim como o resumo da execução orçamentária. Clermon Augusto Drumond afirmou que, em 30 de novembro de 2014, as aplicações e disponibilidades financeiras do IPSV atingiram o valor de R\$ 56.522.149,38 (cinquenta e seis milhões quinhentos e vinte e dois mil cento e quarenta e nove reais e trinta e oito centavos), investidos nos fundos BB Previdenciário RF IMA-B FI, BB Previdenciário RF IMA-B - Títulos Públicos FI, BB Previdenciário RF FLUXO FIC, BB Ações PETROBRAS, Caixa FI Brasil DI Longo Prazo, Caixa FI Brasil IMA GERAL Títulos Públicos RF, FI Caixa Brasil IMA-B 5+ Títulos Públicos RF LP, Caixa Brasil FI IDKA IPCA 2A RF LP e Caixa FI Ações PETROBRAS, conforme estabelecido na Política de Investimentos do IPSV para o exercício de 2014 e de acordo com as deliberações do Conselho de Administração e do Comitê de Investimentos do IPSV. A seguir Amarildo Cruz afirmou que no mês de novembro/2014 as aplicações financeiras tiveram rendimento de 0,67%, correspondendo ao valor de R\$ 389.271,34 (trezentos e oitenta e nove mil duzentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos), incluídos também os rendimentos da aplicação dos recursos oriundos do INSS-COMPREV. Amarildo Cruz afirmou que, comparativamente a outubro de 2014, houve queda nos rendimentos, permanecendo, portanto, no campo positivo. Clermon Augusto Drumond apresentou cópias dos extratos das contas correntes e das aplicações financeiras, afirmando ainda que os mesmos encontram-se à disposição, na sede do IPSV, de qualquer conselheiro ou segurado que se interessar. Clermon Augusto Drumond informou que o IPSV realizou no dia 28 de novembro de 2014, nos termos da Lei Municipal nº 2.307/2009, o pagamento relativo ao mês de novembro/2014, dos proventos de aposentadoria e pensão dos inativos e pensionistas que, de acordo com a Lei Municipal nº 1920, de 05 de julho de 2001, foram concedidos e são custeados pelo Tesouro Municipal. Clermon Augusto Drumond informou ainda que o total bruto dos proventos dos referidos inativos e pensionistas relativos ao mês de novembro/2014 foi de R\$ 183.619,43 (cento e oitenta e três mil seiscentos e dezenove reais e quarenta e três centavos), sendo essa importância repassada ao IPSV pelo tesouro Municipal para arcar com o respectivo pagamento. Quanto aos inativos e pensionistas do próprio IPSV, Clermon Augusto Drumond afirmou que o total da folha relativa ao mês de novembro/2014 foi de R\$ 430.838,46 (quatrocentos e trinta mil oitocentos e trinta e oito reais e quarenta seis centavos). Clermon Augusto Drumond informou que as despesas administrativas do IPSV em novembro de 2014 totalizaram R\$ 49.940,93 (quarenta e nove mil novecentos e quarenta reais e noventa e três centavos). A seguir a presidente do Conselho Fiscal Andréa Fernandes de Oliveira colocou em discussão as demonstrações contábeis apresentadas. Não houve questionamentos dos conselheiros. Em seguida ocorreu a votação em que os conselheiros aprovaram, sem ressalvas e por unanimidade, os demonstrativos contábeis apresentados. Clermon Augusto Drumond reafirmou que todos os relatórios, extratos e demais documentos contábeis encontram-se à disposição de quaisquer conselheiros ou segurados interessados, bastando para isso ir até a sede do IPSV. A seguir, Amarildo Cruz apresentou e fez uma breve explanação sobre o Relatório de Investimentos do IPSV



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE VESPASIANO – IPSV

referente ao mês de novembro de 2014, enfocando principalmente o cumprimento da meta atuarial mensal, assim como, o cumprimento, ainda com folga, da meta atuarial proposta para o exercício de 2014, ou seja, INPC mais 6% ao ano de juros, que totalizam 11,37% até 30/11/2014, enquanto os rendimentos das aplicações financeiras atingiram 14,18% até a referida data, ficando, portanto, em torno de 2,46% acima da meta atuarial proposta. Como é de praxe, Amarildo Cruz apresentou um comparativo com os diversos indicadores de mercado, enquadramento na resolução CMN nº 3.922, assim como informações sobre os riscos inerentes aos fundos de investimentos do IPSV. Amarildo Cruz destacou que permanecem as incertezas no mercado financeiro, ressaltando a queda cada vez maior nas previsões do crescimento do PIB brasileiro em 2014 e 2015, descontrole fiscal e inflação persistente, variações na cotação do dólar, evolução da crise na zona do euro, dúvidas quanto às próximas ações do Banco Central Americano, assim como as perspectivas quanto à economia chinesa. Após a explanação do presidente, os membros do Conselho Fiscal manifestaram satisfação com os resultados das aplicações financeiras e, por unanimidade, autorizaram a Diretoria Executiva a manter os investimentos nos mesmos fundos e os recursos novos serem direcionados aos fundos DI ou Caixa Brasil FI IDKA IPCA 2A RF LP, assim como, autorizaram a Diretoria Executiva a migrar recursos entre as aplicações já existentes, em conformidade com as normas legais e Política de Investimentos do IPSV, principalmente para efetuar a quitação das despesas administrativas e pagamento dos benefícios previdenciários de responsabilidade da autarquia. Também por unanimidade, os membros do Conselho Fiscal autorizaram a Diretoria Executiva a manter os recursos aplicados nos fundos de Ações da PETROBRAS, e aguardar o momento mais oportuno para efetuar o resgate total ou parcial, observando para isso quando tais ações atingirem um percentual de valorização de no mínimo 30%. Foi mantida a autorização, por decisão unânime, à Diretoria Executiva, para aplicar oportunamente nos fundos de ações da PETROBRAS e ELETROBRAS, até 8% do total do ativo do IPSV. Foi ratificada a posição dos conselhos e Comitê de Investimentos do IPSV de manter as aplicações financeiras somente na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Em seguida Amarildo Cruz perguntou aos membros do Conselho Fiscal se os mesmos tinham alguma dúvida a respeito da proposta de Política de Investimentos do IPSV para o exercício de 2015, elaborada em conformidade com a resolução CMN nº 3.922, de 25/10/2010 e demais normas legais pertinentes, documento este, aprovado por deliberação favorável unânime dos membros do Conselho de Administração presentes em reunião realizada nesta data. Amarildo Cruz perguntou novamente se algum membro tinha alguma dúvida ou questionamento a serem esclarecidos e os mesmos disseram que não. Logo em seguida a presidente do Conselho Fiscal Andréa Fernandes de Oliveira colocou a proposta de Política de Investimentos do IPSV para o exercício de 2015 em votação, sendo a mesma aprovada pela unanimidade dos conselheiros presentes. Encerrando sua participação na reunião, Amarildo Cruz reforçou o convite para o evento de encerramento de atividades que está sendo organizado pelo IPSV, a partir das 17 horas do dia 19 de dezembro de 2014, no Hotel San Diego de Vespasiano. Amarildo Cruz pediu o empenho e participação de todos no evento, haja vista que na ocasião serão tratados vários assuntos de interesse e importância para o IPSV, tais como relatório de gestão, detalhamento da Política de Investimentos e Plano de Trabalho para o exercício de 2015, Prestação de Contas, dentre outros. Finalizando, Reginaldo de Almeida Lima afirmou que não foram baixadas e publicadas portarias após a portaria de nº 342, de 25/09/2014. Encerrando a reunião, Andréa Fernandes de Oliveira passou às mãos de cada membro do Conselho Fiscal uma cópia do calendário anual das reuniões mensais do referido órgão para o ano de 2015, que ocorrerão geralmente às terças segundas-feiras de cada mês, a partir das 16 horas, na sede do IPSV, ou na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, conforme a conveniência, devendo, portanto, haver comunicação com antecedência mínima de 24 horas sobre tal mudança de local. Nada mais havendo a tratar lavrou-se a presente ata que será assinada pelos conselheiros presentes.

Andréa Fernandes de Oliveira

Cristina Antônia dos Santos Kodato

Rodrigo Duarte da Costa

Adalzira Maria de Ananias

José Estêvão de Andrade Aarão

ANEXO IV

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS



Ata da décima segunda reunião do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vespasiano – IPSV, realizada às 16 horas e 30 minutos do dia 15/12/2014 na sede do IPSV, conforme previsto no calendário anual de reuniões. Estiveram presentes os seguintes membros: Amarildo Cruz, Reginaldo de Almeida Lima, Clermon Augusto Drumond, Guilherme Fonseca Panizza Alves, Reginaldo Antônio Alves e a Controladora Interna Simone Cristine Ribeiro e Silva. Dando início à reunião, Amarildo Cruz agradeceu a presença de todos e passou a palavra a Clermon Augusto Drumond que apresentou os extratos financeiros e o relatório de investimentos das diversas aplicações e disponibilidades financeiras do IPSV relativos ao mês de novembro de 2014, com destaque para os enquadramentos e exigências estabelecidas na Resolução CMN nº 3.922. Clermon Augusto Drumond afirmou que, em 30 de novembro de 2014, as aplicações e disponibilidades financeiras do IPSV atingiram o valor de R\$ 56.522.149,38 (cinquenta e seis milhões quinhentos e vinte e dois mil cento e quarenta e nove reais e trinta e oito centavos), investidos nos fundos BB Previdenciário RF IMA-B FI, BB Previdenciário RF IMA-B - Títulos Públicos FI, BB Previdenciário RF FLUXO FIC, BB Ações PETROBRAS, Caixa FI Brasil DI Longo Prazo, Caixa FI Brasil IMA GERAL Títulos Públicos RF, FI Caixa Brasil IMA-B 5+ Títulos Públicos RF LP, Caixa Brasil FI IDKA IPCA 2A RF LP e Caixa FI Ações PETROBRAS, conforme estabelecido na Política de Investimentos do IPSV para o exercício de 2014 e de acordo com as deliberações do Conselho de Administração e do Comitê de Investimentos do IPSV. A seguir Amarildo Cruz afirmou que no mês de novembro/2014 as aplicações financeiras tiveram rendimento de 0,67%, correspondendo ao valor de R\$ 389.271,34 (trezentos e oitenta e nove mil duzentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos), incluídos também os rendimentos da aplicação dos recursos oriundos do INSS-COMPREV. Amarildo Cruz afirmou que, comparativamente a outubro de 2014, houve queda nos rendimentos, permanecendo, portanto, no campo positivo. A seguir, Amarildo Cruz apresentou e fez uma breve explanação sobre o Relatório de Investimentos do IPSV referente ao mês de novembro de 2014, enfocando principalmente o cumprimento da meta atuarial mensal, assim como, o cumprimento, ainda com folga, da meta atuarial proposta para o exercício de 2014, ou seja, INPC mais 6% ao ano de juros, que totalizam 11,37% até 30/11/2014, enquanto os rendimentos das aplicações financeiras atingiram 14,18% até a referida data, ficando, portanto, em torno de 2,46% acima da meta atuarial proposta. Como é de praxe, Amarildo Cruz apresentou um comparativo com os diversos indicadores de mercado, enquadramento na resolução CMN nº 3.922, assim como informações sobre os riscos inerentes aos fundos de investimentos do IPSV. Amarildo Cruz destacou que permanecem as incertezas no mercado financeiro, ressaltando a queda cada vez maior nas previsões do crescimento do PIB brasileiro em 2014, descontrole fiscal e inflação persistente, variações na cotação do dólar, evolução da crise na zona do euro, dúvidas quanto às próximas ações do Banco Central Americano, assim como as perspectivas quanto à economia chinesa. Após a explanação do presidente, os membros do Comitê de Investimentos, analogamente ao ocorrido na reunião do Conselho de Administração, manifestaram satisfação com os resultados das aplicações financeiras e, por unanimidade, autorizaram a Diretoria Executiva a manter os investimentos nos mesmos fundos e os recursos novos serem direcionados aos fundos DI ou Caixa Brasil FI IDKA IPCA 2A RF LP, assim como, autorizaram a Diretoria Executiva a migrar recursos entre as aplicações já existentes, em conformidade com as normas legais e Política de Investimentos do IPSV. Também por unanimidade, os membros do Comitê de Investimentos autorizaram a Diretoria Executiva a manter os recursos aplicados nos fundos de Ações da PETROBRAS, e aguardar o momento mais oportuno para efetuar o resgate total ou parcial, observando para isso quando tais ações atingirem um percentual de valorização de no mínimo 30%. Foi mantida a autorização, por decisão unânime, à Diretoria Executiva, para aplicar oportunamente nos fundos de ações da PETROBRAS e ELETROBRAS, até 8% do total do ativo do IPSV. Em seguida Amarildo Cruz perguntou aos demais membros do Comitê de Investimentos se os mesmos tinham alguma dúvida a respeito da proposta de Política de Investimentos do IPSV para o exercício de 2015, elaborada em conformidade com a resolução CMN nº 3.922, de 25/10/2010 e demais normas legais pertinentes, documento este, aprovado por deliberação favorável unânime dos membros do Conselho de Administração presentes em reunião realizada nesta data. Amarildo Cruz perguntou novamente se algum membro tinha alguma dúvida ou questionamento a serem esclarecidos e os mesmos disseram que não. Logo em seguida o presidente



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE VESPASIANO – IPSV

Amarildo Cruz colocou a proposta de Política de Investimentos do IPSV para o exercício de 2015 em votação, sendo a mesma aprovada pela unanimidade dos membros do Comitê. Finalizando, Amarildo Cruz passou às mãos de cada membro do Comitê de Investimentos uma cópia do calendário anual das reuniões mensais do Comitê de Investimentos do IPSV para o ano de 2015, que ocorrerão geralmente às terças segundas-feiras de cada mês, a partir das 16 horas e 30 minutos, na sede do IPSV, ou na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, conforme a conveniência, devendo, portanto, haver comunicação com antecedência mínima de 24 horas sobre tal mudança de local. Nada mais havendo a tratar lavrou-se a presente ata que será assinada pelos membros do Comitê de Investimentos presentes.

Amarildo Cruz

Clermon Augusto Drumond

Reginaldo de Almeida Lima

Reginaldo Antônio Alves

Guilherme Fonseca Panizza Alves